



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
12/2020

Folha
1

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
07/08/2020

Responsável
Neusa Bueno



Videoconferência - Local: Sala de Apoio da SGGE, 21º andar do CAFF

REGISTRO

O **Secretário de Planejamento, Governança e Gestão, Sr. Claudio Gastal**, fez a abertura da reunião agradecendo a participação de todos os Secretários, em especial, o Secretário Luís Lamb, da SICT, Secretário Rodrigo Lorenzoni, da SEDETUR, Procurador-Geral da PGE, Eduardo da Costa, Subsecretário da Receita Estadual da Secretaria da Fazenda, Ricardo Neves, representando o Secretário Marco Aurélio, Secretário Agostinho Meirelles, da SAAM, Secretário Mauro Hauschild, da SJCDH, e os membros deste Conselho: André Godoy, Walter Lídio, Daniel Santoro, José Renato Hopf, Marlos D Schmidt. Agradece a presença do Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Ernani Polo, o Deputado Giuseppe Riesgo, Ministério Público e demais. A seguir, devido a agenda do Deputado Ernani Polo, passa a palavra para suas considerações e o nosso alinhamento entre as ações desta Secretaria e as ações de desburocratização como o Cresce RS com o desafio da competitividade.

O Deputado agradece o convite e cumprimenta a todos os demais Secretários e a todos os Conselheiros, o Procurador-Geral da PGE, Eduardo da Costa, por estar participando desta pauta que considera muito importante, assim como agradece, por intermédio do Secretário Gastal, ao Governado Eduardo Leite por dar continuidade a ação da AL-RS, do Cresce RS, assim como o trabalho que está sendo realizado para competitividade e um dos pilares fundamentais nesse processo é a desburocratização, então, coloca à disposição a Assembleia Legislativa, uma vez que há vários Deputados alinhados com este tema. Convoca a todos para trabalhar juntos no sentido de desregulamentar o máximo possível, desburocratizar o que for necessário para darmos melhores condições ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul; agradece e dá os parabéns pelo trabalho do CEDE.

O Secretário Gastal, em continuidade aos trabalhos, anuncia a participação do Vereador de Erechim, Rafael Ayub, o Deputado Giuseppe Riesgo, momento em que o Presidente Ernani Polo diz que ele estará na reunião representando a AL RS.

A seguir, o Secretário presta condolências à família do Dr. Flávio Koch, faleceu na semana passada, e externa o carinho e a gratidão por ele ter participado e auxiliado, juntamente com o Vicente e outros integrantes da JUCIS, neste primeiro ano do CEDE. Solicita ao Vicente que leve para a família a sua homenagem pessoal e de todos os membros do Projeto DescomplicaRS, não só pela atuação no DescomplicaRS, na JUCIS RS, mas, também, como Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis por muito tempo. Vicente agradece a lembrança do Secretário e diz que levará para os filhos os votos de solidariedade.

O Secretário Gastal agradece o Secretário Lamb por ter conduzido a última reunião deste Conselho, dia 03/07, devido a um compromisso urgente na agenda. Convidou todos os participantes para o Lançamento do Decreto da Política de Relacionamento do Estado com o Usuário de serviços públicos, por videoconferência, às 10 horas, no próximo dia 12/8. Trabalho do GT Revisão Legal, que contou com a participação do Conselheiro Daniel Santoro, da Subchefe Jurídica da Casa Civil, Maria Patrícia Mollmann, Subchefe de Ética, Controle Público e Transparência da Casa Civil, Adriana Krieger de Mello, com objetivo de criar o novo marco legal de modernização da prestação dos serviços públicos. Nessa data, será sancionada essa lei que se alinhará com as ações do governo federal, quanto à não exigência de reconhecimento de firma, cópia autenticada e promove os serviços digitais; assim como transforma este Conselho de Desburocratização também em Conselho de Usuários no acompanhamento da qualidade dos serviços públicos. Menciona a presença do novo Conselheiro-Presidente da AGERGS, Sr. Luiz Afonso dos Santos Senna, dando-lhe as boas vindas e apresenta-o como novo representante da AGERGS no CEDE. Saudou a nova Presidente da Junta Comercial do RS, Sra. Lauren de Vargas Momback, agradecendo a sua participação; espera que este canal com a JUCIS RS muito próximo, pois é fundamental nesse projeto estratégico do Governo do Estado e de competitividade do RS, do setor privado com representação neste Conselho na busca de uma menor burocracia e de um ambiente de negócios razoáveis. A Presidente Lauren Momback retribui as boas vindas e congratula-se por poder estar participando do CEDE, colocando a Junta Comercial à disposição para todos os projetos que visam a desburocratização e que tem grande importância para sociedade. A seguir, abre espaço para manifestação dos participantes.

Rodrigo Lorenzoni – cumprimenta a todos e relata que sendo a Junta Comercial vinculada à SEDETUR transmite a sua solidariedade aos servidores, ao Vicente e familiares do Dr. Flavio Koch, foi uma perda muito difícil porque quando ele era presidente do CRECI eu era Pres; do Conselho Regional de Medicina Veterinária e ele presidiu o Fórum dos Conselhos das Profissões e liderou, tiveram uma convivência intensa. Dá as boas



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
12/2020

Folha
2

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
07/08/2020

Responsável
Neusa Bueno



vindas para a nova Presidente Lauren Momback e espera com confiança plena nos seus propósitos que são praticamente os mesmos do CEDE. Portanto, deixa o registro de fundo pessoal e afetivo ao Dr. Flávio.

André Godoy – também envia a sua mensagem de boas vindas à Presidente Lauren e dizer que o SEBRAE continua sendo um parceiro da JUCIS RS, pois têm muitos projetos que estão em andamento para concluir; logo, coloca o SEBRAE e sua equipe para continuar com este relacionamento produtivo que nos últimos anos.

Artur Lemos – informa que na próxima semana a FEPAM estará entregando os códigos de licenciamento com base nos baixos riscos.

O **Secretário Claudio Gastal** apresenta a pauta dos assuntos a serem tratados nesta Reunião, agradece e passa a palavra para o Secretário da Receita Estadual, Ricardo Neves, que fará exposição sobre o trabalho da SEFAZ RS, Reforma Tributária.

REFORMA TRIBUTÁRIA – SOB O ASPECTO DA SIMPLIFICAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO

IMPLEMENTAÇÃO 30 INICIATIVAS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA RECEITA DIGITAL, MAIS MODERNA, INOVADORA E EFICIENTE.

O Secretário Ricardo Neves agradece a oportunidade, saúda a todos os presentes e o Deputado Giuseppe por estarem discutindo a reforma tributária nos últimos dias. Recebeu um desafio do Secretário Gastal e do Coordenador Jurídico Tomás Holmer para falar sobre a Reforma Tributária, trazendo alguns aspectos de simplificação e desburocratização visto que é um dos grandes objetivos que têm trabalhado desde que começaram com o projeto chamado Agenda 2030 ou Receita 2030 – Rumo à Receita Digital; ou seja, são trinta iniciativas que há para modernizar a Receita Estadual e o foco no ambiente da melhoria de negócio. Então, destacou três pontos basicamente que estão sendo encaminhados para reforma; todo o projeto 2030 trata de uma visão como:

Foco #1 Simplificação Extrema das Obrigações

Foco #2 Transformação Digital do Fisco

A simplificação significa redução de risco fiscal especialmente e destaca que um dos projetos que está no bojo da Reforma é o de conformidade, de compliance cooperativo. São as várias iniciativas do Receita 2030

I – Simplificação

- Arrecadação Mais Simples
- Obrigação Fiscal Única
- Conformidade Cooperativa
- Simples Nacional e MEI

II - Diálogo e Relacionamento

- Inova Receita
- Diálogo Fisco-Contribuinte
- Nos Conformes RS
- Programa de Cidadania
- e-Receita
- Nova Política Relacionamento c/ Cidadão
- Regulamento do ICMS
- Reforma Tributária RS

III - Arrecadação e Fiscalização

- Menos Multa, Mais Arrecadação
- Centro Integrado de Controle Interestadual
- Contencioso Just In Time
- Reestruturação da Cobrança de Devedores
- Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos
- Novo Programa de Integração Tributária
- Combate às Fraudes Fiscais Estruturadas Era Digital
- Fiscalização Especializada



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
12/2020

Folha
3

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
07/08/2020

Responsável
Neusa Bueno



- Inteligência Artificial Fiscal
- Receita Extrafiscal

IV - Racionalização Administrativa

- Sala de Guerra
- Receita Moderna
- Central de Serviços
- Receita Estadual 2030

V - Desenvolvimento Econômico

- Assessoramento na Política Tributária
- Desenvolve RS
- Indicadores Econômicos da RE

VI - Benefícios Fiscais

- Gestão das Desonerações Fiscais

Ponto que trata da Conformidade - algumas melhorias para o microempreendedor, no caso de conformidade cooperativa é com o viés de ser construído com os setores de forma cooperada e não colaborativa, ou seja, será uma colaboração para um pacto que estará previsto dentro da reforma tributária, a criação de normas e de pactos setoriais que serão estabelecidos com clareza e regras tributárias que será aplicada a determinada empresa e a determinado setor. Explica que uma das grandes questões que as empresas têm trazido recorrentemente há anos é a insegurança jurídica, a incerteza sobre a aplicação das regras tributárias, sendo que as vezes passam cinco anos quando se descobre irregularidades decorrendo em algum tipo de autuação que pode inviabilizar o negócio, a empresa; então discutiram com setores, com entidades e esse é um dos principais projetos que permite ao fisco com o contribuinte, com as entidades celebrarem esses pactos que estabelecem as regras tributárias daquele setor: a empresa vai emitir um documento fiscal e se ela tiver dentro desse pacto setorial, a SEFAZ vai dizer que aquela operação está em conformidade com a legislação tributária o que aumenta o valor da empresa, da segurança jurídica, diminui a incerteza e melhora a relação do fisco com o contribuinte. É um projeto que pode destacar e que estão apostando muito, inclusive estão fazendo um trabalho piloto com a Associação Gaúcha de Supermercados – AGAS, construindo uma base que vai servir para o setor supermercadista, poderão dizer que nos 15, 20 ou 30 mil itens de uma venda de varejo para supermercado estarão publicados no site da Fazenda ou compartilhado com a própria entidade ou supermercadistas vão dizer qual é a tributação aplicada a cada item, a cada produto; a proposta da Secretaria da Fazenda é a questão da prevenção, evitar que ocorra o problema.

Ponto que trata do Código de Boas Práticas – também está sendo encaminhado no bojo desta reforma, ele deriva de um projeto do Deputado Fábio Branco do início da gestão e que se chamava Código de Defesa do Contribuinte, porém este nome parece que coloca fisco e contribuinte, fisco e empresa em lados opostos, então estão usando uma nomenclatura mais adequada que é o Código de Boas Práticas o qual, cria, além de definição de obrigações para ambas as partes – direitos e deveres, um Fórum que vai reunir FIERGS, FECOMÉRCIO, FARSUL, SICADERGS, todas as entidades relacionada à OAB ao universo tributário para tenham possibilidades de criar esse canal de contato permanente com a sociedade para discussão de temas tributários e harmonização, no sentido de construir uma sociedade mais justa. Também tem possibilidade de criar Câmaras Técnicas de maneira que SEFAZ e empresas possam discutir melhores políticas tributárias voltadas, também, para combate a concorrência desleal, a informalidade, questões internas do fisco, mas que ajudem no desenvolvimento do Estado. Dentro desse processo, que chamam de ganha a ganha, o objetivo é que de um lado as empresas tenham um ambiente melhor de negócios para evoluir, para se tornarem mais competitivas e de outro lado o fisco, ou Secretaria da Fazenda ou o Estado criando uma matriz, uma política tributária favorável a arrecadação. Por exemplo, tem uma série de medidas que já estão incorporadas e que vieram de pleitos muito antigos das Entidades que é a redução de alíquota entre empresas, a extinção do diferencial de alíquota que é o famoso imposto de fronteira, mas com algum tipo de compensação; porém isto não o fisco impondo, mas construindo nessas várias Câmaras Técnicas. Com essas discussões setoriais, já está evoluindo a questão do comércio eletrônico, das importações. Faz um breve anúncio, aqui, na próxima semana deve sair uma política específica para os setores de bares e restaurantes que vêm sofrendo muito na Pandemia. Outro projeto importante é o Nos Conformes RS foi inspirado em um modelo de São Paulo e que



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
12/2020

Folha
4

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
07/08/2020

Responsável
Neusa Bueno



será feita uma classificação dos contribuintes, se ele estiver em uma categoria A de adimplência, de relacionamento com o fisco, terá direito a um bônus para o bom contribuinte, pleito das Entidades, um crédito fiscal presumido para valorizar este contribuinte. Desde 2019 a Secretaria da Fazenda vem trabalhando nas diretrizes: Obrigação Fiscal Única, Diálogo Fisco-Contribuinte e Nova Política de Relacionamento com o Cidadão, são os três principais projetos que estão no bojo da Reforma Tributária e faz um apelo a que todos olhem muito bem a reforma tributária, pois quando se fala em reduzir a quantidade de alíquota, significa simplificação e diminuição de contencioso vinculado a essa divergência de tributação.

Simplificação das Obrigações e Transformação Digital

Simple Nacional e MEI (Nota Fiscal Fácil) – NFF – Parabeniza o profissionalismo da Procergs e destaca a importância dela com o desenvolvimento deste trabalho, tem o trabalho do SEBRAE RS e no dia 02/09 terá o lançamento nacional e vai permitir que o produtor primário, transportador autônomo de cargas e o micro e pequeno empreendedor tenham um serviço facilitado de Nota, ou seja, abriu a empresa no dia 01, dia 02 estará emitindo nota fiscal com complexidade tributária, terá um serviço no aplicativo desenvolvido pela Procergs e disponibilizado ao contribuinte. Solicitou ao Secretário Gastal apoio para fortalecer essas as nossas estruturas para poder transformar a Receita em Receita Digital o foco é estar invisível ao contribuinte, pois ele não tem que saber que há receita estadual e federal, mas prestar um serviço sem que a SEFAZ seja lembrada ou de uma forma positiva.

Resultados Esperados

Mais desenvolvimento – Digital, Moderna, Eficiente e Inovadora

Mais Arrecadação – Cooperação

Menos Custo – Competitividade, Simplificação, Ambiente de Negócios, Segurança Jurídica

Esclarece que tudo passa por uma iniciativa da reforma tributária, de uma simplificação maior, de uma visão diferente do fisco, pois não só o local como o nacional e o internacional estão trabalhando com uma visão não só de prevenção, mas de cooperação, buscando o desenvolvimento, a arrecadação como consequência e um menor custo no cumprimento das obrigações dos contribuintes. Contam com a Procergs muito forte e qualificada, uma vez que estão se transformando em um Banco, logo precisam de uma TI muito boa para atender as demandas da sociedade, da administração tributária e transformando-a numa receita digital. Conclui a sua apresentação, agradecendo e colocando-se à disposição para esclarecimento.

O **Secretário Claudio Gastal**, devido a importância do assunto Reforma Tributária, assim como as discussões e debates continuam com as entidades empresariais, libera um tempo para os questionamentos e solicita que sejam breves, tendo em vista a programação da reunião.

O **Conselheiro Daniel Santoro** – cumprimenta a todos e discorre que uma reforma com esta amplitude e profundidade possui muitas análises, questões polêmicas que precisam ser compreendidas pela sociedade e todas as instâncias políticas. A preocupação deste Conselho é não perder de vista os embates políticos, pois numa dessas discussões, na defesa de uma posição específica, não deveríamos abrir mão destas modernizações, da nossa estrutura tributária porque são dois aspectos; um é a carga tributária elevadíssima, logo é necessária discussão política e em todas as instâncias, com as Federações; e no aspecto técnico da simplificação deveríamos encontrar um formato que, independentemente do avanço das questões de alíquotas, pudessem ser implementadas, independentemente das outras negociações, por isso este Conselho solicitou esta apresentação com destaque para que, com o olhar do Conselho de Desburocratização, as melhorias técnicas e de simplificação possam entrar o mais rápido possível caso não se consiga evoluir com esta consolidação da proposta inteira e possamos avançar.

O **Secretário da Receita Estadual, Ricardo Neves**, corrobora o comentário do Conselheiro Daniel e diz que a maioria dessas mudanças e provocações vêm desde janeiro de 2019, início da gestão, algumas melhorias podem estar incluídas no Projeto de Reforma Tributária e as de simplificação estão acontecendo.

O **Secretário Claudio Gastal** agradece e passa para o próximo tema da pauta que, na reunião de retomada do CEDE, surgiu com a colocação do Desembargador Ney Wiedmann Neto sobre o Centro Virtual de Mediação Empresarial do TJ RS e o Conselho sugeriu trazer para esta reunião. O Secretário agradece o Desembargador Ney W. Neto, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do RS e passa a palavra informando que o Dr. Daniel



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
12/2020

Folha
5

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
07/08/2020

Responsável
Neusa Bueno



Martini, do Ministério Público RS, fará suas colocações.

Dr. Tomás Holmer, Coordenador do Projeto DescomplicaRS, acrescenta que na ocasião em que o Dr. Ney pediu para apresentar o Centro Virtual de Mediação Empresarial do TJ RS, a Claudia Cittolin, do SEBRAE RS, pesquisou outras formas de mediação, então ela apresentará as demais Câmaras de Mediação no RS, após a fala do Dr. Ney.

CENTRO VIRTUAL DE MEDIAÇÃO EMPRESARIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS

Desembargador Ney Wiedmann Neto, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do RS, representando o TJ RS – cumprimenta a todos e agradece a oportunidade de apresentar o tema nesta reunião, assim como informa que desde o início do ano tem participada das reuniões deste Conselho o qual considera muito produtivo e importante, pois temos que estar próximos como prestadores de serviço à sociedade.

O Tribunal disponibilizou esse serviço e já se encontra funcionando há um mês e meio, que é o Centro Virtual de Mediação Empresarial do TJ RS. Mostrou a imagem da tela inicial do site do TJ na internet: www.tjrs.jus.br, onde tem um banner que abre a página do serviço e o link é www.conciliacao.tjrs.jus.br, pode ser acessado por um ou outro. Foram capacitados, na área de mediação e direito empresarial, 150 mediadores judiciais e ao acessar a página é preciso informar se é pessoa física ou jurídica e será direcionado a um formulário para preencher os seus dados e quem são os seus credores, bancos, fornecedores com exceção de créditos trabalhistas ou tributários que não fazem parte desse serviço processo será feito um caso de mediação e distribuído para um mediador judicial que designará por sistema de videoconferência a data da primeira sessão de mediação. As mediações podem ser bilaterais entre uma empresa e um credor que ela queira negociar ou a empresa com todos os seus credores.

O Tribunal possui uma escola judicial de capacitação e treinamento para magistrados, servidores que foram selecionados para este projeto; já tem quinze mediações em andamento; e, a vezes, a mediação pode ser bem sucedida com apenas uma sessão ou com mais sessões, se necessário. Se houver um acordo com essa mediação é lavrada uma Ata, um termo de acordo que será homologado pelo juiz e ele terá força de sentença podendo ser um título para uma possível execução caso esse acordo não seja cumprido. Esse serviço já está disponível tanto para empresas com dificuldades financeiras, que já sejam réus, que estejam respondendo na justiça processos como ação de cobrança, de execução ou estejam em situação de falência ou em recuperação judicial, mas também esse serviço pode ser preventivo, um serviço pré-processual, que ainda não esteja sendo processada por seus credores, mas que ela queira se antecipar e abrir uma negociação. É um serviço que não tem pagamento de custas, porque é um serviço novo e estava previsto na Lei Estadual, no regimento de custas, é gratuito e não há, no primeiro momento, a obrigatoriedade da intervenção de advogado para acionar o serviço, a não ser que a empresa já tenha o processo judicial em andamento de cobrança de seus credores, mas recomenda porque considera importante que as empresas estejam bem orientadas, assessoradas por seus advogados, especialmente os empresários e as empresas.

Destaca o primeiro caso que é um pouco diferenciado que diz respeito ao serviço público de transporte de passageiros de Porto Alegre; todas as empresas de ônibus, através de seus consórcios acionaram este serviço buscando a revisão dos contratos de seus serviços com o município de Porto Alegre que aceitou, está sendo parceiro e participa através do seu procurador-geral do município, as vezes o próprio Prefeito tem comparecido nas sessões virtuais de mediação, este caso ainda não se encerrou. Um caso paradigmático que está chamando a atenção do Brasil, porque essa crise dos contratos de concessão dos transportes de passageiros de ônibus municipais é uma situação de desequilíbrio que tem se notado em vários municípios do Brasil. Para encerrar, informa que este serviço também contempla uma situação especial; conflito entre os sócios de uma empresa, com uma demanda de dissolução da sociedade, de retirada de sócios com apuração de haveres, que é um conflito interno da sociedade é possível contratar este serviço de mediação judicial para tentar um acordo entre o sócio que queira se retirar da empresa.

A única despesa prevista nesse programa é o pagamento dos honorários do mediador judicial porque ele não é um servidor do poder judiciário, não é concursado, e tem cargo de confiança; ele é um auxiliar da justiça nomeado pelo Juiz, é um colaborador externo, como por exemplo os peritos que recebem honorários que são arbitrados pelo Juiz e pagos pela empresa ou empresário que solicitou o serviço, a remuneração vai depender da complexidade do caso, do número de sessões de mediações que foi realizada; existe um valor mínimo e um máximo, mas a média dos honorários do mediador para cada caso está oscilando em torno de R\$ 400,00, um



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
12/2020

Folha
6

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
07/08/2020

Responsável
Neusa Bueno



valor módico considerando a importância, a complexidade do serviço e potencialidade de sucesso na revisão dos contratos, no reequacionamento das dívidas, especialmente neste momento de Pandemia. Esse serviço será permanente no Tribunal de Justiça do RS e quando sairmos da Pandemia ele será oferecido presencial e por ser via internet, atende todas as empresas que tem sede no RS, de qualquer município e comarca.

Dr. Daniel Martini – cumprimenta a todos e pede para exaltar a manifestação do Desembargador Ney e dizer que é uma mudança de postura das instituições de justiça do RS e que deve ser muito aproveitada tanto pelo setor público como privado. No âmbito do Ministério Público, em 2016, instituíram o Núcleo de autocomposição, o mediar e com ele o NUCAM – Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais, realizando mediações entre o setor público e privado. Citou casos como o repasse das verbas entre o município de Porto Alegre, FASC, entidades de educação, os repasses e a preservação de quatro mil empregos durante a Pandemia e resolvendo questões com relação à dívida do Estado para com os Municípios; sem o acordo que foi concluído em 2019, provavelmente teríamos um caos na saúde pública em decorrência do COVID-19; já resolveram situações de contratos, de serviços de saneamento, de aterro sanitário. São iniciativas induzidas pela Lei nº Lei nº 13.140 (Federal) e a Lei nº 14.794 atualizada pela Lei nº 15.246, de 01/2019, que institui o Sistema Administrativo de Conciliação e Mediação dá outras providências. Informa que há cerca de oitenta milhões de processos no Brasil e o tempo deles é muito longo, que não atende a expectativa do setor público e nem do privado, pois as vezes tem que se aguardar de 20 a 30 anos para transitar em julgado uma ação civil pública.

Então, a resolução dos conflitos com o uso dos métodos auto compositivos é fundamental e tem que ser intensificado. Menciona o Centro de Conciliação e Mediação do RS instituído pela PGE RS e solicita à PGE RS intensificação nessa atividade de conciliação, mediação de conflitos, naqueles casos em que o poder público seja a parte. Um levantamento realizado pelo MP indica que alguns anos mais de 60% das demandas do Poder Judiciário em 1º grau são devidas pelo poder público, em especial, os municípios. Parabenizando o Desembargador Ney, gostaria muito de ouvir a PGE, quem sabe um convite da Procuradoria para expor e apresentar como está o funcionamento do referido Centro de Conciliação e Mediação do RS.

Assim, o Secretário Gestor solicita ao Coordenador de Gabinete da PGE, Dr. Henrique Zandoná que disponibilize para a próxima reunião do CEDE, e coloca a votação dos Conselheiros, a PGE trazer as ações deste Centro de Conciliação e Mediação do RS, o PL do Processo Administrativo e as ações que estão sendo feitas em termos de desburocratização.

Sr. Daniel Santoro, Conselheiro do CEDE – aprova favoravelmente tendo em vista que é um tema de desburocratização.

Coordenador de Gabinete da PGE, Dr. Henrique Zandoná – pede a palavra para dizer que a PGE coordena o sistema de conciliação e mediação do Estado e essa coordenação central acontece pelo Gabinete do Procurador-Geral Eduardo Costa, com uma estrutura bem especializada de Procuradores e Servidores, que busca primordialmente a questão da prevenção solução de conflitos que envolva a administração pública estadual e a racionalização de judicialização que possam ser resolvidas via administrativa entre as partes, hoje tem um índice de resolução de conflitos de 80% no referido Centro, assim como a PGE desburocratiza a questão na própria chegada ao Centro de Mediação, pois há uma exigência mínima de aspecto formal para que o processo entre no Centro e atingir um resultado melhor na mediação e conciliação. Destaca, ainda, a conciliação de precatórios que a PGE atua e no dia 17/7 enceraram a 7ª rodada, a maior na história da PGE e com quase treze mil manifestações de interesse. São as medidas que a PGE vem adotando para simplificar, dar celeridade aos processos que envolve a sociedade.

Secretário Mauro da SJCDH – dada relevância deste tema, esclarece que no âmbito do PROCON, o Estado atende 413 municípios e que, nos próximos meses, terão como piloto sobre o sistema de negociação na relação de consumo do PROCON RS, como forma de facilitar, pois o que não for resolvido no plano administrativo do PROCON, já pode ser feito uma interface com a plataforma do TJ RS. Outro aspecto importante, e depois vai conversar com o Dr. Zandoná, é que o PROCON tem muitas muitas aplicadas às empresas que não atendem as especificações das normas do consumidor e tem muitos casos que são inscritos na dívida ativa, mas como os valores são baixos acabam não executando porque o custo da execução é mais alto que o executado, talvez essa plataforma de mediação que o Tribunal apresentou poderia se fazer como a AGU, com a hipótese de negociação, de notificação extrajudicial então gostaria de conversar com o Desembargador Ney Wiedmann para trazer questões do PROCON para resolver na mediação e diminuir na judicialização por parte da PGE.



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
12/2020

Folha
7

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
07/08/2020

Responsável
Neusa Bueno



O **Secretário Claudio Gastal** solicita autorização ao Des. Ney e Dr. Zandoná para recomendar ao Dr. Tomás fazer a mediação entre SJCDH, PROCON, MP RS, TJRS e PGE RS para uma discussão na próxima reunião do CEDE. Todos os representantes dos referidos órgãos concordam em participar.

Dra. Regina Rizzon Borges de Medeiros, representante da Defensoria Pública RS – cumprimenta o Secretário Gastal a todos os participantes; e faz o registro de que a Defensoria tem o interesse muito grande na solução extrajudicial, conflitos na área do consumidor e, desde 2016, tem o Centro de Referência de Mediação e Conciliação que iniciou suas atividades no âmbito do direito de família e em 2019 a atuação na área cível, através do atendimento extrajudicial das pessoas que estão em situação de superendividamento e que têm feito muitas conciliações. Comunica que na próxima semana iniciarão a Campanha Nome Limpo que beneficiará as famílias que estão com dívidas contraídas durante a Pandemia e em decorrência de situações de desemprego. Este serviço de mediação e conciliação está consolidado e se tiverem a oportunidade de na próxima reunião do CEDE poder apresentar ficarão satisfeitos.

O **Secretário Claudio Gastal** pediu para incluir na próxima pauta do CEDE a apresentação da Defensoria Pública RS, juntamente com a PGE, e passa a palavra para Claudia Cittolin do SEBRAE RS.

MAPEAMENTO CÂMARAS E/OU CENTRO DE MEDIAÇÕES NO RS

Claudia Cittolin – agradece as falas do Dr. Ney, Dr. Henrique, Dr. Daniel, Dr. Mauro e Dra. Regina e diz que a pauta do Dr. Ney fez com que se buscasse o que existe no RS em termos de Câmaras e Centros para justamente potencializar a solução extrajudicial de conflitos que considera o melhor caminho para diminuir a questão da burocracia. Então, disponibiliza uma listagem que estará disponível no site do DescomplicaRS pois a ideia é divulgar esses canais e basicamente o que vai diferenciar além da matéria é a expertise do profissional que vai atender o empresário ou a pessoa que está buscando esse canal de mediação, ratificando o que o Desembargador Ney falou sobre a formação de 150 novos profissionais de mediação no RS. Solicita que, após a leitura da referida listagem, nos indiquem algum Centro que não está constando, assim como a divulgação para que, além do momento de COVID-19, mas a resolução de conflito como um todo pois a pauta é muito relevante.

O **Secretário Gastal** corrobora que tanto o serviço do TJ RS como dos demais órgãos que aqui se apresentaram como de grande importância e requer uma ampla divulgação junto a outras entidades e demais.

COMO A TECNOLOGIA AJUDOU O CIDADÃO A ENFRENTAR OS DESAFIOS DO CORONAVÍRUS

O **Secretário Claudio Gastal** ao anunciar a apresentação da PROCERGS, salienta que é uma demanda da reunião anterior do CEDE sobre as ações frente ao desafio do Coronavírus e do cidadão.

Dr. Tomás Holmer – esclarece que as apresentações, tanto da Procergs como do RS GOV.BR, estão diretamente ligadas ao que decidimos na última reunião deste Conselho, de forma unânime, quando crescemos como competência do CEDE participar e propor melhoria nos serviços públicos para o usuário e no setor do empreendedorismo. Após a edição do Decreto teremos essa competência a equipe do DescomplicaRS irá criar a metodologia, mas já importante o olhar dos Conselheiros sobre a prestação dos serviços no aspecto avaliação e acompanhamento.

José Leal, Presidente da Procergs – sobre como a Tecnologia ajudou o cidadão a enfrentar os desafios do Coronavírus, pretende apresentar tudo o que já foi e ainda será realizado, assim como parcerias com a iniciativa privada, frente à Pandemia.

SOLUÇÃO DE TIC como instrumento para desburocratizar o Governo

SOLUÇÕES DE MISSÃO CRÍTICA – visão consolidada de números nas Secretarias, suportados por tecnologia da Procergs, tendo em vista que todas têm serviços, seja na Agricultura, Fazenda, Saúde, Educação, Segurança Pública e demais, quanto a usuários, consultas integradas, acessos site/mês, ocorrências, licenciamentos ambiental online, etc.

DOCUMENTOS FISCAIS – NF-e, NFC-e, CT-e, BP-e, MDF-e, MPBR e One; mostram o quanto o Governo contribui tanto dentro do Estado como com diversos outros estados; ou seja a quantidade e o número de notas fiscais eletrônicas, do consumidor, comprovantes de transportes.



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
12/2020

Folha
8

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
07/08/2020

Responsável
Neusa Bueno



SOLUÇÕES DE TIC para enfrentamento à pandemia (Saúde) - Portal Coronavírus – Transparência das Ações – permitiu o RS subir na ranking nacional e internacional, que apresenta todas as informações relativas ao Coronavírus. Estratégia COVID-19 para área da saúde, economia, social e segurança, também compreende tudo o que feito neste aspecto.

SISTEMA DE MONITORAMENTO DE HOSPITAIS E BI – Business Intelligence – ocupação de hospitais, leitos e respiradores, permitindo fazer o remanejamento das pessoas de um hospital para outro; parceria com empresa do setor privado, a Digital Business, contribuindo com o Governo do Estado.

SOLICITAÇÃO DIGITAL DE MEDICAMENTOS - loja on-line com cesto para colocar os medicamentos, cadastra o medicamento, CID e tratamento; medida para que as pessoas não tenham que sair, assim como evita a aglomeração.

CHABOT – SES – Capacidade de Atendimento Aumentada - robô que responde dúvidas sobre Coronavírus, no RS.GOV.BR, um produto da 4all, CEO José Renato Hopf, para o qual, José Leal agradece a parceria. Digital Business em Parceria com a PROCERGS - Modelo de Distanciamento Controlado baseado em ciência de dados e com 11 indicadores que geram as bandeiras nas 20 regiões com protocolos a cada semana, monitoramento por leitos.

TELECONSULTA MÉDICA IPE – Solicitação de teleconsulta online. Implantado desde abril de 2020, para mais de 1 milhão de segurados e 7.400 médicos serem beneficiados com a novidade. Ainda em caráter excepcional e temporário, o serviço dispensará a cobrança de coparticipação para os beneficiários - ou seja, será efetuado sem custos para o usuário.

PORTAL RS.GOV.BR – Dúvidas do Distanciamento Controlado e Serviços Digitais – URA – CHAT LIVE – Inscrição de Voluntários (6.500 Profissionais de Saúde) para atendimento à Pandemia.

PROJETO TESTAR RS – DADOS DO BEM – Plataforma e Metodologia para aplicação de Testes em Massa, para autoavaliação e triagem, através de um software, utilizando inteligência artificial, ciências de dados. É mais uma parceria com o setor privado, sendo lançado, ontem, pelo Governador.

ÍNDICE DE ISOLAMENTO – MAPEAMENTO DE AGLOMERAÇÃO – Parceria com a in loco e com as operadoras Vivo, Claro, Oi e Tim para conseguir controlar as movimentações e aglomerações sem identificar as pessoas.

SOLUÇÕES DE TIC PARA ENFRENTAMENTO À PANDEMIA – EDUCAÇÃO - Procergs teve a missão de auxiliar a Secretaria da Educação (Seduc) no **ensalamento de mais de 300 mil ambientes virtuais**, entre salas de aula, espaços de "recreio" para interação entre os colegas, SOE e salas de professores. As turmas foram replicadas da mesma maneira que estão dispostas no ISE, o sistema de gestão escolar da rede pública, desenvolvido pela companhia.

PESQUISA A ENTIDADES – Procergs colocou no data lake as informações dos sistemas (monitoramento de leitos, etc.) e outros do Ministério da Saude que são acessados pelos estatísticos e técnicos da Secretaria da Saúde para consolidação das bandeiras.

SOLUÇÕES DE TIC PARA ENFRENTAMENTO À PANDEMIA – ECONOMIA – Compras eletrônicas – Rito Covid-19 – foi criado esta solução dentro do Portal de Licitações/Pregões para agilizar as compras de respiradores, máscaras, álcool gel, etc., e o APP Menor Preço da SEFAZ RS, com endereçamento de onde o cidadão pode encontrar o seu produto com menor preço.

PORTAL DOS CONTRIBUINTES – Tornar o relacionamento digital com o contribuinte também; para Covid-19 criado protocolos eletrônicos para reduzir o deslocamento presencial.

MELHOR HORA – Indica horários com menor movimento para o cidadão fazer suas compras no supermercado ou farmácia do RS.

SOLUÇÕES DE TIC PARA ENFRENTAMENTO À PANDEMIA – SEGURANÇA PÚBLICA – Delegacia On-Line que de 24 fatos passou para mais de 300.

SOLUÇÕES DE TIC PARA ENFRENTAMENTO À PANDEMIA – CIDADANIA – Programa Destinar para Salvar Vidas da SJCDH: valores serão destinados aos fundos de atendimento às crianças e aos idosos.



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
12/2020

Folha
9

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
07/08/2020

Responsável
Neusa Bueno



SOLUÇÕES DE TIC PARA ENFRENTAMENTO À PANDEMIA – TELETRABALHO – Túnel Simplificado: 12.015 servidores habilitados e 8.325 servidores utilizando.

O Presidente da Procergs pede para destacar os parceiros que têm auxiliado com soluções durante essa Pandemia: in loco, MP RS, Dados do Bem, 4all, Digital Business, SEBRAE RS, Instituto Dor Pesquisa e Ensino, Oi, Claro, Vivo e Tim.

ATUALIZAÇÃO DO RS.GOV

O **Secretário Claudio Gastal** passa a palavra para o Diretor do EDP, Hiparcio Stoffel, que apresentará o lançamento da Estratégia Digital RS.

Sr. Hiparcio discorre sobre o Monitor Digital RS que permite acompanhar o quanto estamos avançando com a Estratégia Digital, sendo analisado uma vez por semana o conjunto e cada um dos órgãos, as informações consideradas chaves :

- Índice de Serviços Digitais
- Índice de Serviços Digitais Acessados pelo Portal
- Cartas de Serviço Atualizadas
- Índice de Digitalização dos Serviços
- Status do Mapeamento de Serviços
- Acessos aos Serviços Digitais
- Avaliação das Cartas de Serviço – Portal RS.Gov.Br

ASSUNTOS GERAIS E PALAVRA ABERTA

Daniel Santoro, Conselheiro do CEDE – solicita que se registre, em especial, a toda a equipe que não aparece no contexto organizacional, pois considera um trabalho muito sério, engajado e todos os temas deste Conselho estão sendo tratados com profundidade. Saiu deste Conselho a questão da Mediação – uma pauta considerada relevante e de todos os órgãos possibilitando a redução de conflitos entre partes privadas ou com o poder público, o que é um grande avanço para desburocratização do Estado. Considera importante o engajamento de todos os Conselheiros em um fórum que iniciou no Poder Executivo e hoje já conta com agentes do Ministério Público, Tribunal de Justiça, Defensoria e demais. Quanto a questão do Data Lake, tratada pelo Presidente Leal, é muito importante para que o cidadão, o contribuinte possam se relacionar com um governo e não diversos órgãos – um instrumento que possibilitará termos em um único lugar todas as informações do cidadão, do empreendedor para facilitar, tanto para os órgãos internos do governo como para o agente externo. A nossa proposta é reduzir a burocracia do Estado, promover o empreendedorismo em um trabalho conjunto com todos os que aqui estão envolvidos.

José Renato Hopf, Conselheiro do CEDE – considera de grande valia o trabalho da Procergs sobre os documentos fiscais, sugerindo uma divulgação maior junto à sociedade, é um processo informativo do Governo do Estado.

ENCAMINHAMENTOS:

- Assim, o Secretário Gastal solicita ao Coordenador de Gabinete da PGE, Dr. Henrique Zandoná que disponibilize para a próxima reunião do CEDE, e coloca a votação dos Conselheiros, a PGE trazer as ações deste Centro de Conciliação e Mediação do RS, o PL do Processo Administrativo e as ações que estão sendo feitas em termos de desburocratização.
- O Secretário Gastal solicita autorização para o Des. Ney e Dr. Zandoná para recomendar ao Dr. Tomás fazer a mediação entre SJCDH, PROCON, MP RS, TJRS e PGE RS para uma discussão na próxima reunião do CEDE. Todos os representantes dos referidos órgãos concordam em participar.
- Secretário Gastal pediu para incluir na próxima pauta do CEDE a apresentação da Defensoria Pública RS juntamente com a PGE e passa a palavra para Claudia Cittolin do SEBRAE RS.

O **Secretário Claudio Gastal** – destaca e agradece a parceria com o SEBRAE RS, Presidente, Sr. André Vanoni de Godoy, Sras. Janaína Medeiros e Claudia Cittolin, bem como os participantes via Facebook, cujos comentários estão sendo gravados e anotados valorizando a questão da transparência, a equipe do DescomplicaRS liderada pelo Dr. Tomás Holmer e Dr. Tiago Bona, a Dra. Maria Patrícia Mollmann, Subchefe Jurídica da Casa Civil, Dra. Adriana Krieger, Subchefe de Ética, Controle Público e Transparência da Casa Civil



ATA DE REUNIÃO

Ata Número
12/2020

Folha
10

Conselho Estadual de Desburocratização e Empreendedorismo

Hora início
10:30

Data da reunião
07/08/2020

Responsável
Neusa Bueno



e a equipe de apoio Neusa Bueno do DescomplicaRS, Bruna Brito da TIC, Priscila Ely da Comunicação e o Magnum Eltz que está agregando a equipe da ASSJUR. Agradece a presença dos Secretários e de todos demais presentes. Superamos as expectativas quanto a discussão sobre Mediação; e que já temos pauta e encaminhamentos para próxima reunião, ou seja, ter assertividade nas reuniões e dá por encerrada a reunião.

CONSELHEIROS DO CEDE
SGGE RS – Izabel Matte
Casa Civil – Eriton G Talarico
SEFAZ RS – Édson André Moura
SEDETUR RS – ELISANGELA FERNANDES
SICT RS – LUIS DA CUNHA LAMB
PGE RS – HENRIQUE ZANDONÁ
SEBRAE RS – ANDRÉ VANONI DE GODOY
DANIEL SANTORO
WALTER LÍDIO
LEONARDO LAMACHIA
ELIS RADMAN
MARLOS SCHMIDT
JOSÉ RENATO S HOPF
PROJETO DESCOMPLICA RS – COORDENADORIA
SGGE RS/ASSJUR - TOMÁS HOLMER
PGE RS/AGENTE SETORIAL - TIAGO BONA